

ROADSHOW **Brazil**

Todos os caminhos levam ao Brasil

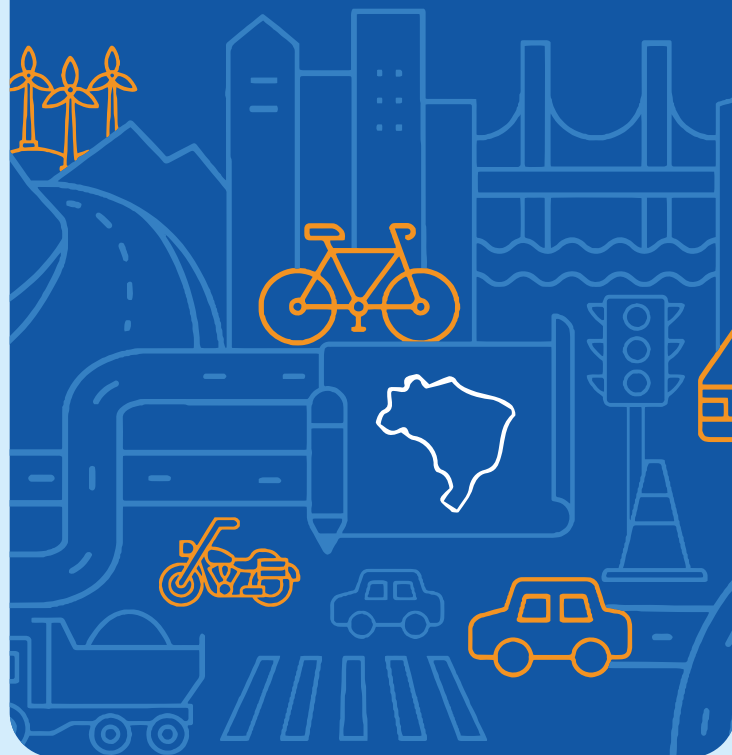
O Ministério dos Transportes está abrindo caminhos para o Brasil avançar, recolocando o investimento em infraestrutura como política de Estado. Apresentamos oportunidades que totalizam R\$ 341 bilhões em 4 anos, para 44 novos projetos de concessões rodoviárias.

Avançamos no aperfeiçoamento dos estudos e de instrumentos regulatórios e na qualidade. Novos mecanismos de mitigação de riscos, com o objetivo de ampliar a base de investimentos privados, vão somar esforços aos recursos públicos que serão aplicados na construção de um ambiente institucional e regulatório que transformará a infraestrutura de transportes no Brasil, de forma robusta, sustentável e eficiente.

Dentro deste cenário, apresentamos ao mercado nacional e internacional o pipeline de projetos de concessões do Governo Federal, destacando oportunidades de investimento em empreendimentos Rodoviários no Brasil.

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



ESTRUTURA DO Ministério dos Transportes



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Regulação e Fiscalização

31* Concessionárias
privadas

15.796 km



Gestão direta de
60 mil km
de malha

INFRA S.A.

Estruturadora
de Projetos

*Inclui leilões realizados em 2024

FLUXO DE UM PROJETO DE Concessão de Rodovias



Elaboração dos estudos de viabilidade técnica e financeira

Modelo Econômico Financeiro
Estudos de Engenharia
Minutas de Contrato, Edital e Programa de Exploração da Rodovia



Realização de Audiência Pública (AP)

Franqueada aos interessados, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições aos estudos e documentos



Aprovação do Plano de Outorga

Consolida as diretrizes para a política de outorga adotada e sintetiza a modalidade operacional e as condições de desestatização para o projeto de parceria objeto da estruturação



Análise do Controle Externo (TCU)

Fiscalização prévia de desestatização realizados pelo Poder Público pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Segurança jurídica



Publicação do Edital

Instrumento convocatório que estabelece previamente os requisitos para ampla participação em iguais condições



Realização de Leilão

Modalidade de Licitação de Concorrência
Critério de julgamento: menor tarifa e previsão de aporte a partir de 18% de deságio

HISTÓRICO

Leilões no Brasil



Número de Leilões

2023 A 2026

44 leilões

9 realizados em 2023 e 2024

Média

4,5 leilões já realizados

Gov. Lula 3

MÉDIA: 1,2 leilões por ano até 2022



LEILÕES

Informações Financeiras



Capital Social Mínimo Obrigatório: Máximo entre 15% do Fluxo de Caixa (FCFF) negativo projetado e a necessidade de caixa dos dois primeiros anos, sendo que 50% é integralizado à título de primeira parcela.

Caso ocorra captação líquida de capital de terceiros para o Aporte de Recursos Vinculados (acima de 18% de deságio) antes da assinatura do Contrato, o capital social a ser subscrito e integralizado será reduzido proporcionalmente ao valor de captação líquida de capital de terceiros até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor relativo ao Aporte de Recursos Vinculados.

Considera-se captação líquida de capital de terceiros a diferença entre:

- os recursos financeiros transferidos para a Concessionária oriundos de contratos de abertura de crédito, emissão de debêntures, nota promissória, entre outros, estabelecidos pela Concessionária com parte não relacionada ao seu grupo econômico, com prazo superior a 2 anos; e
- pagamentos feitos a título de juros, amortização e encargos de dívidas ou empréstimos assumidos pela Concessionária.

Garantia da Proposta: 1% do Valor Presente Líquido - VPL (receita)

Poderá ser prestada em dinheiro, títulos da dívida pública, título de capitalização, seguro garantia ou fiança bancária.

Vigência de no mínimo 1 ano a contar da Data de Recebimento dos Envelopes.

Garantia de Execução do Contrato: garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais.

5% do VPL (receita) até a conclusão das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias descritas no PER e nos 2 últimos anos do contrato.

2,5% do VPL (receita) no restante do período.

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada à conclusão das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias e Obras de Manutenção de Nível de Serviço descritas no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

FINANCIAMENTO de Concessões Rodoviárias BNDES



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é uma instituição financeira pública brasileira que promove o desenvolvimento econômico e social, apoiando projetos de infraestrutura para o crescimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

O BNDES financia concessões rodoviárias federais, oferecendo suporte por meio de sua equipe do Departamento de Infraestrutura e Concessões Rodoviárias (AINFRA/DECRO).

Formas de apoio:

- Bndes finem
- Bndes debêntures em ofertas públicas
- Bndes garantia
- Subcrédito backstop

Taxa de juros: Composta pelo custo de captação e remuneração do BNDES.

Prazos: Até 34 anos, com desembolsos realizados conforme o progresso dos investimentos.

Volume de Dívida: Até 100% dos investimentos financiáveis, limitado a 80% dos investimentos totais, considerando a necessidade de financiamento do projeto e restrito à sua capacidade de pagamento.

Garantias:

- **Garantias mínimas:** Penhor ou alienação fiduciária das ações de emissão da SPE e penhor ou cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos valores do sistema de contas exigidos para a operação.
- **Garantias período do pré-completion:** Em caso de identificação de riscos não mitigados, poderão exigir garantias adicionais, como fiança corporativa, fiança bancária ou compromisso de aporte de capital (ESA), entre outras.

Portaria MT nº 995/2023 - Nova
Política de Outorgas

DEBÊNTURES

Incentivadas e de Infraestrutura

Quer saber mais?

Acesse o Guia de Debêntures e
a Cartilha do Ministério dos
Transportes para orientações
nos QR Codes abaixo:



Acesse o Guia de
Debêntures

Link de acesso



Acesse a Cartilha
para conhecer os
procedimentos no
portal Gov.BR

Link de acesso

LEGISLAÇÃO REFERENCIAL:

- Lei nº 12.431/2011
- Lei nº 14.801/2024
- Decreto nº 11.964/2024
- Portaria MT nº 689/2024



O que são?

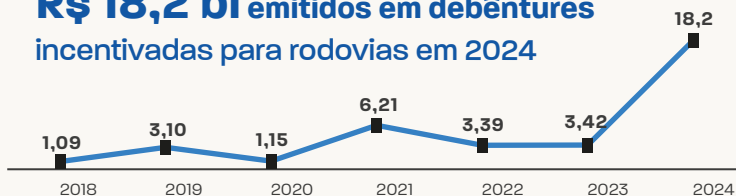
As **debêntures incentivadas** e as **debêntures de infraestrutura** são instrumentos com incentivo fiscal cujo objetivo é facilitar a captação de recursos no mercado de capitais para financiar investimentos em infraestrutura.

- ✓ Debêntures incentivadas dão incentivo fiscal para o **comprador**: isenção de IRPF e alíquota reduzida a 15% para IRPJ.
- ✓ Debêntures de infraestrutura dão incentivo fiscal para o **emissor**: dedução de 130% da remuneração paga na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL

Por que emitir?

As debêntures incentivadas são um **título consolidado** no mercado brasileiro. Impulsionadas por esse sucesso, as de infraestrutura foram criadas em 2024 com diferenciais para atrair **investidores estrangeiros** e **fundos de pensão**.

R\$ 18,2 bi emitidos em debêntures incentivadas para rodovias em 2024



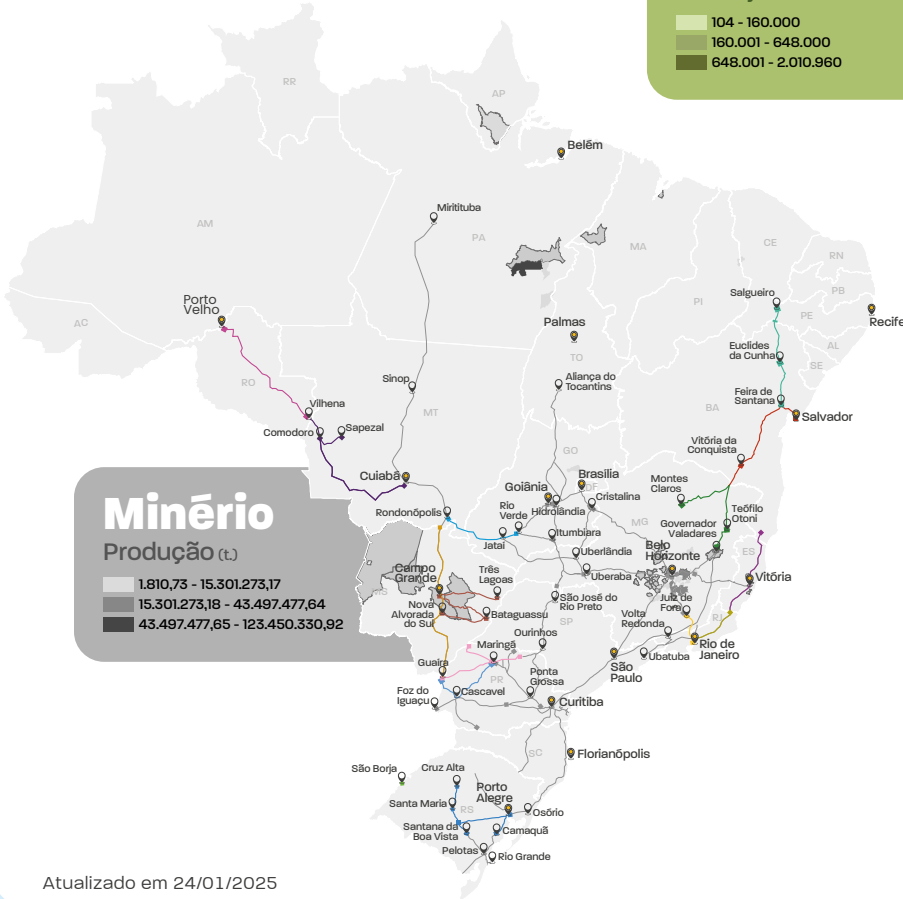
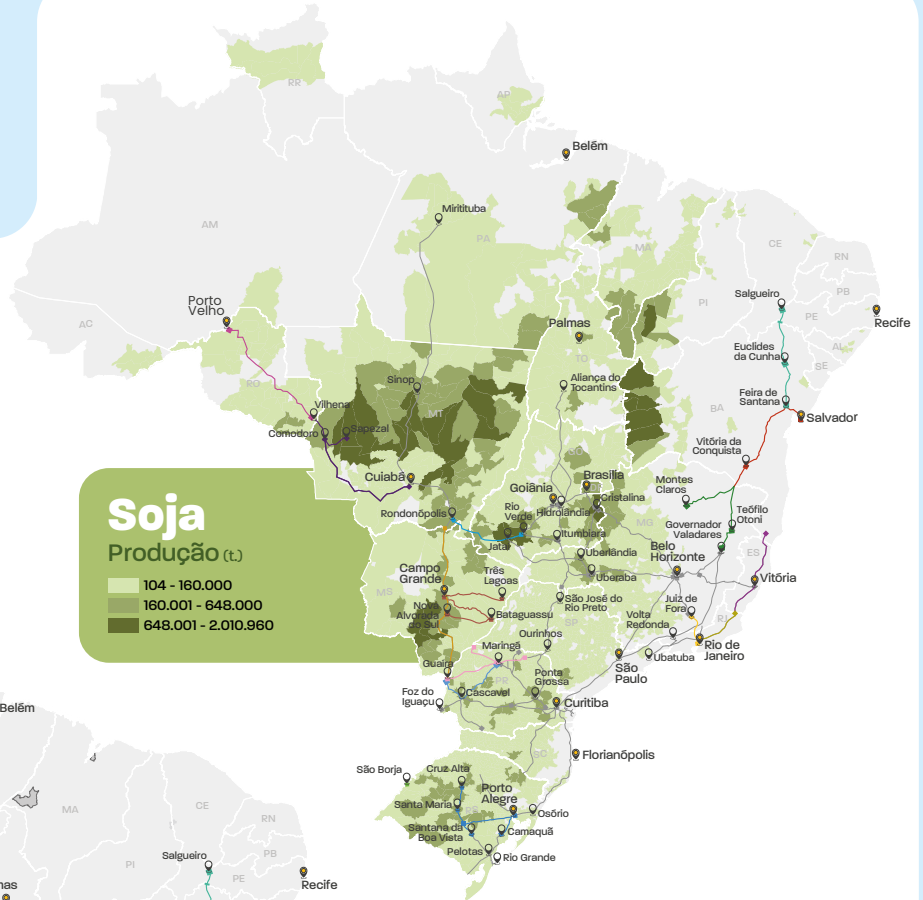
A nova regulamentação do Ministério dos Transportes para os dois tipos de debêntures garantiu **desburocratização**, dispensando aprovação prévia. Os **procedimentos** foram **simplificados**, dando a **segurança jurídica** e a **celeridade** necessárias para captação.



Os **novos projetos** de concessão rodoviária **já se enquadram** nos critérios de **sustentabilidade ambiental e social** exigidos pelo Ministério para emissão de debêntures, tornando os títulos ainda mais competitivos.

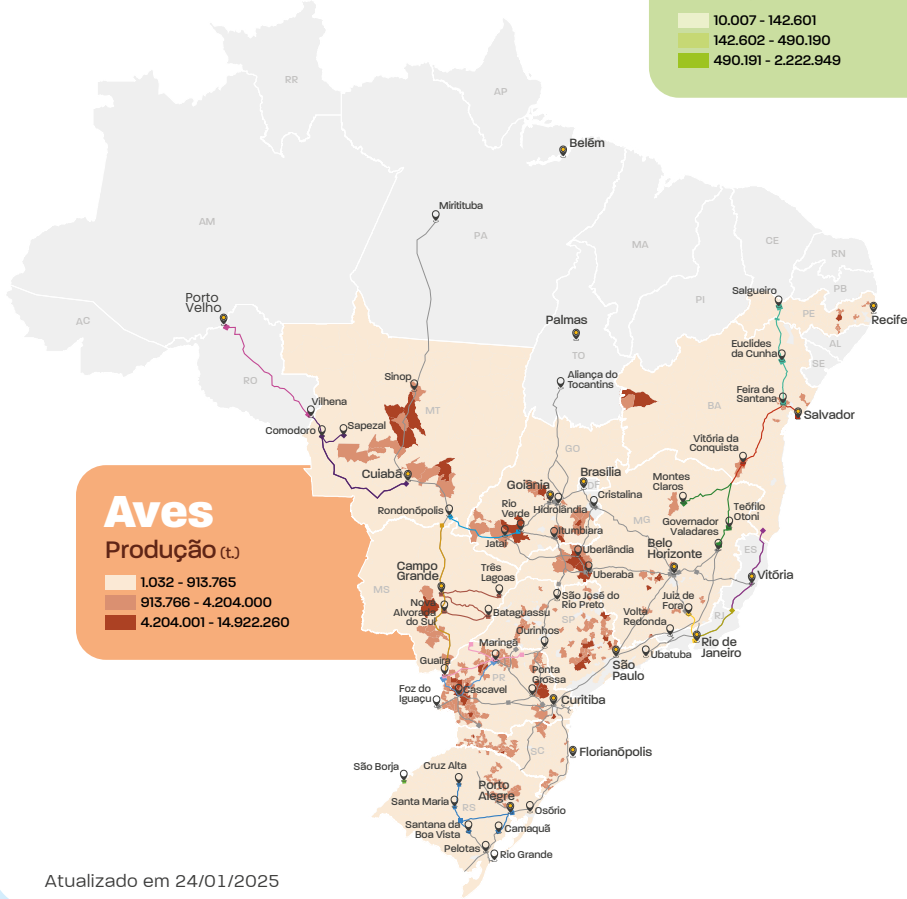
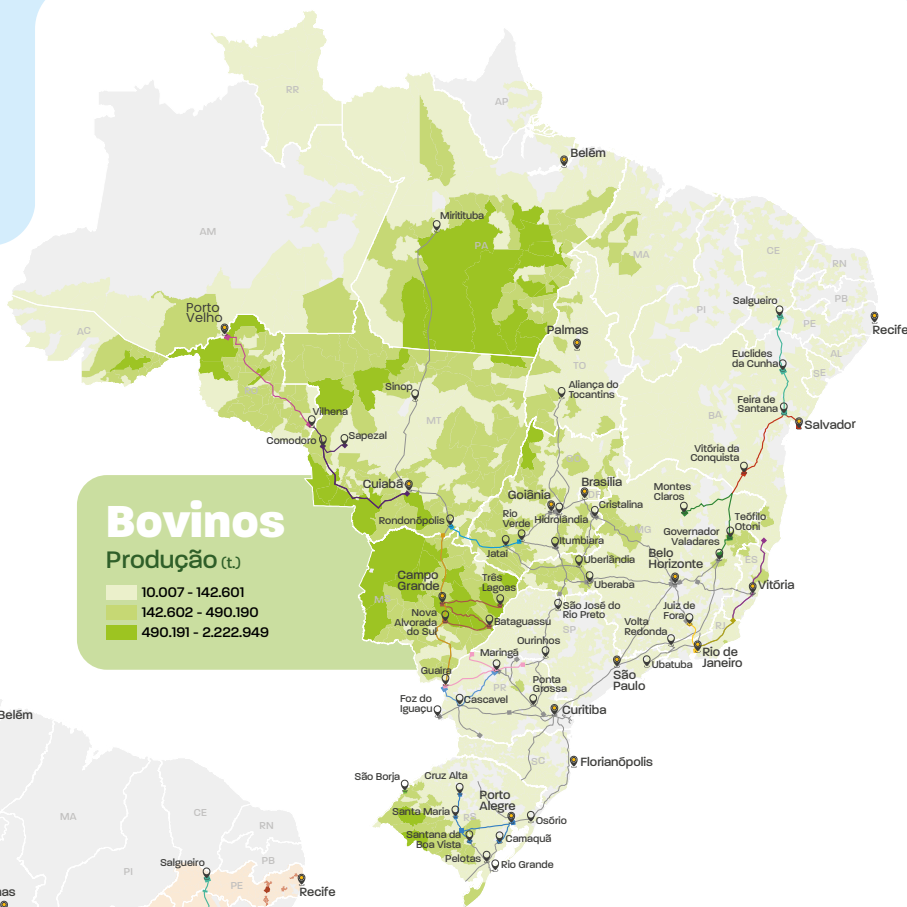
CARTEIRA 2025

CORREDORES LOGÍSTICOS



CARTEIRA 2025

CORREDORES LOGÍSTICOS



NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS:

PORTARIA MT Nº 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

PORTARIA Nº 995, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

- Institui a Política Nacional de Outorgas Rodoviárias no âmbito do Ministério dos Transportes e de suas entidades vinculadas

PREMISSAS GERAIS:

- Privilégio ao princípio da modicidade tarifária em todos os Projetos de Parceria, considerando a racionalização de recursos e a sustentabilidade social e ambiental. Padronização dos estudos, inclusive o modelo econômico-financeiro e documentos editais
- Critério de menor tarifa para a definição do vencedor dos certames licitatórios de concessões rodoviárias, com aportes pelo licitante vencedor na Concessão, quando for ultrapassado o desconto máximo definido no projeto de parceria, proporcionais ao deságio ofertado, a fim de garantir a sustentabilidade financeira da concessão.
- O prazo entre a publicação do Edital e a realização do Leilão, no mínimo, de 100 dias.
- Possibilidade de previsão de aportes públicos, com o objetivo de viabilizar a execução de obras relevantes e manter a modicidade tarifária, desde que atendida as legislações específicas
- Modelo de reclassificação tarifária, após a conclusão de obras que proporcionem maior conforto, fluidez e segurança viária aos usuários.
- Cláusulas que estabeleçam o regimento relativo aos prazos e formas para o tratamento das revisões previstas e de eventual reequilíbrio contratual.
- Justiça tarifária
- Incentivo à exploração de receita extraordinária ou acessória decorrente da utilização da faixa de domínio pela própria concessionária, inclusive, e não se limitando, à comercialização de Pontos de Parada e Descanso - PPDs.

- Busca a modernização, padronização e otimização dos contratos de concessão de rodovias federais.

- Parâmetros de desempenho de infraestrutura e operacionais definidos, de forma padronizada, com foco na modicidade tarifária e priorizará as inovações tecnológicas e a sustentabilidade ambiental, considerando as características do ativo.
- Previsão inovações tecnológicas que otimizem os tempos de atendimento operacionais e/ou incentivem a sustentabilidade ambiental, considerando, mas não se limitando, aos itens destacados a seguir:
- Implantação de sistemas de pedagiamento automático de livre passagem ("Free Flow"),
- Adoção de ferramentas e instrumentos que otimizem os tempos de atendimento operacionais e/ou reduzam custos,
- Estimulo à transição energética da frota de veículos que utilizam as concessões, com adoção de, pelo menos, 1 ponto de recarga para veículos elétricos em cada posto de Serviço de Atendimento ao Usuário - SAU e Ponto de Parada e Descanso - PPD.
- Previsão de realização de ações afirmativas de gênero e raça.
- Adesão das Concessionárias às políticas públicas de caráter social estabelecidas pelo Governo Federal

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MODELO REGULATÓRIO



Leilão

- ✓ Uso do critério “Menor Tarifa”
- ✓ Exigência de Aporte de Recursos Vinculados para deságios agressivos (maiores do que 18%)



Tarifa Justa

- ✓ Desconto Básico de Tarifa (DBT): desconto de 5% sobre a Tarifa de Pedágio para os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática do veículo (AVI).
- ✓ Desconto de Usuário Frequente (DUF): desconto aplicado pela Concessionária sobre as Tarifas de Pedágio devidas pelos Usuários Frequentes



Resolução Célere e Técnica de Controvérsias

- ✓ Arbitragem para resolução de controvérsias relativas a direitos patrimoniais disponíveis decorrentes do Contrato e seus Anexos, ou instrumentos a ele relacionados, nos termos do Decreto nº 10.025, de 20 de setembro de 2019
- ✓ Dispute Board: Mecanismo de gestão contratual e de mitigação de risco à regular execução do Contrato, com possibilidade de constituição de Comitê de Prevenção e Resolução de Disputas para prevenir e solucionar divergências de natureza técnica ou econômico-financeira, nos termos do art. 23-A da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e do art. 151 da Lei nº 14.133/2021.



Free Flow

- ✓ Novo clausulado permite que novas praças de pedágio a serem implantadas, conforme pontos indicados no PER, possam ser substituídas pelo Sistema Free Flow
- ✓ Garantido o equilíbrio econômico financeiro do contrato



Estabilidade Tarifária

- ✓ Previsão de Recursos Vinculados a serem depositados nas Contas da Concessão para formação de reserva de contingência da Concessão a serem utilizados para recomposição do equilíbrio contratual e inclusão de investimentos
- ✓ Fatores de reequilíbrio para antecipação, postergação e inclusão de obras, incidentes sobre a alíquota dos recursos vinculados
- ✓ Proteção especial contra eventos que podem ensejar variações tarifárias (custo de insumos, demanda e câmbio)



Qualidade dos Projetos e das Obras

- ✓ Previsão de Verificador acreditado como organismo de avaliação da conformidade: certificado de inspeção de projetos executivos, certificado de inspeção referente às obras e serviços executados nas fases de recuperação e manutenção, certificado de inspeção referente às práticas de ESG (Environmental, Social and Corporate Governance).
- ✓ Celeridade na aprovação dos projetos

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MODELO REGULATÓRIO



Regulação por incentivos

- ✓ Modulações nas obrigações financeiras em função do cumprimento do contrato
- ✓ Procedimento de aumento da Tarifa de Pedágio, de acordo com a forma e valores predefinidos no Contrato, para Trechos Homogêneos onde, no mínimo, 90% das obras de referência tenham sido concluídas



Recuperação de receita - Reclassificação Tarifária

- ✓ Novo clausulado que permite recuperação de parte da receita frustrada pelo adiamento da reclassificação tarifária
- ✓ Caso a entrega de obras passíveis de Reclassificação Tarifária ocorra em atraso, a Concessionária poderá recuperar parte da receita frustrada pelo adiamento da Reclassificação Tarifária.
- ✓ Atrasos superiores a 5 anos frente aos prazos estabelecidos no PER (Programa de Exploração da Rodovia) original não serão objeto de recuperação;
- ✓ A Receita Tarifária Líquida frustrada será calculada a partir do tráfego realizado, das tarifas efetivamente cobradas e as tarifas calculadas como se houvesse reclassificação, corrigida exclusivamente pela variação do IPCA entre o ano da receita frustrada e o ano da conclusão da obra



Matriz de riscos

- ✓ Alocação equilibrada de riscos, protegendo o projeto e criando incentivos para o cumprimento do contrato
- ✓ Mecanismos de proteção cambial, de risco de preço de insumos e de demanda



Sustentabilidade Ambiental

- ✓ Exigência de atendimento a parâmetros socioambientais nos investimentos (International Finance Corporation-IFC)
- ✓ Programa Carbono Zero para neutralizar as emissões da operação da Concessão
- ✓ Programa de Resiliência Climática e Responsabilidade Socioambiental



Outras inovações

- ✓ Regras claras para as hipóteses de Extinção Antecipada
- ✓ Previsão de Acordo Direto com os financiadores



Penalidades

- ✓ Listagem mais objetiva das penalidades aplicáveis
- ✓ Valores de multas proporcionais aos descumprimentos contratuais
- ✓ Critérios claros e limites para a contagem de multas moratórias

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: MATRIZ DE RISCO



Riscos compartilhados

Mecanismo de Compartilhamento do Risco

Variação de Receita Tarifária

A aplicação do Mecanismo de **Compartilhamento do Risco de Demanda** é objetiva. Comparação entre a demanda real acumulada e a demanda de referência (EVTEA) calculado anualmente.

Existência de praças de pedágio:

Risco privado: banda de +10% e -10%

Risco compartilhado: > 10% e < 10%

Fator de compartilhamento: 50% - 50%

Inexistência de tráfego de pedágio:

Risco privado: banda de +5% e -5%

Risco compartilhado: > 5% e < 5%

Fator de compartilhamento: 80% - 20%

Variação cambial

- É decorrente de instrumento(s) de financiamento em moeda estrangeira firmado(s) nos primeiros 5 anos a partir da assinatura do Contrato, e somente poderá ser aplicado à parcela de financiamento relativa aos investimentos previstos vinculados aos Bens Reversíveis.
- Aplicabilidade apenas para o montante de principal de financiamentos em moeda estrangeira.
- Periodicidade de amortização de principal anual, semestral ou trimestral, independentemente de carência.
- Em até 12 (doze) meses contados da Data de Assunção, a Concessionária deverá informar ao Poder Concedente seu interesse em ativar o Mecanismo de Proteção Cambial.
- Uma vez ativado o Mecanismo de Proteção Cambial, a Concessionária não poderá cancelá-lo e, tampouco, acionar o Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo.

Variação dos custos de insumos

- Compartilhamento dos efeitos extraordinários de eventos que impactem exclusivamente as variações nos preços de insumos e a Receita Tarifária da Concessão, inclusive nas hipóteses de caso fortuito ou força maior
- O Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo tem a finalidade exclusiva de compensar parcialmente no reajuste da Tarifa de Pedágio, a diferença financeira entre (i) os efeitos da aplicação da variação do IRT e (ii) os efeitos da aplicação da variação do ICR, visando a refletir a atualização monetária dos custos incorridos pela Concessionária para a execução do Contrato.
- Em até 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Assunção, a Concessionária deverá informar à ANTT seu interesse em ativar o Mecanismo, definindo o percentual escolhido, limitado a 30% (trinta por cento) da Receita Tarifária da Concessionária
- Uma vez ativado o Mecanismo, a Concessionária não poderá cancelá-lo, alterar o percentual de compartilhamento escolhido e, tampouco, acionar o Mecanismo de Proteção Cambial.
- Como condição para aplicação do Mecanismo, no mínimo 90% (noventa por cento) das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias previstas no PER deverão estar concluídos até o momento da sua aferição.

Percentuais pré-definidos

Impactos *Free-flow**

- Inadimplência

Desapropriação

- Compartilhamento do que exceder do montante previsto no contrato:
 - 80% poder concedente
 - 20% Concessionária

Riscos Residuais

- Os riscos serão partilhados entre a Concessionária e o Poder Concedente somente se o total da somatória dos seus impactos exceder 2% da Receita Tarifária bruta anual em um Único Ano de Concessão

Condicionantes das licenças ambientais

- Compartilhamento dos riscos associados à variação nos custos e investimentos para cumprir as condicionantes das licenças, permissões e autorizações da Concessão do que exceder do montante previsto no contrato:
 - 80% poder concedente
 - 20% Concessionária

NOVA POLÍTICA DE OUTORGAS: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



**1% de recurso para infraestrutura resiliente
alocadas nos recursos vinculados + 1,5% já
previsto na tarifa para sustentabilidade ambiental**

Diretrizes Ambientais

Busca por alternativas sustentáveis de coleta e descarte de recursos para a redução do impacto no meio ambiente

Mitigação das mudanças climáticas por meio da redução na emissão de poluentes (GEE)

Incentivo à eficiência energética e uso de fontes de energia renováveis

Conservação da fauna e flora e mitigação de danos ao ecossistema



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL CONCESSÕES DE RODOVIAS

Infraestrutura
Resiliente



Portaria Nº 622, de 28 de junho de 2024

Previsão do percentual de 10% na Modelagem Econômica Financeira - MEF, para que a concessionária detalhe, estude, e promova ações voltadas à redução de emissões de GEE, ao meio ambiente, a iniciativas de responsabilidade social e à infraestrutura resiliente.

- ✓ Adaptação às Mudanças Climáticas
- ✓ Resposta a Ameaças Emergentes
- ✓ Promoção da Inovação e Tecnologia
- ✓ Redução de Riscos e Custos
- ✓ Sustentabilidade e Conservação de Recursos
- ✓ Segurança e Continuidade Operacional
- ✓ Crescimento Econômico e Desenvolvimento Social

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL CONCESSÕES DE RODOVIAS

Diretrizes dos
padrões de
desempenho da
Internacional
Finance
Corporation
(IFC)



- ✓ Investimentos previstos no Modelo Econômico Financeiro - MEF que, em média, correspondem a 1,57% da Tarifa Básica de Pedágio
- ✓ Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais
- ✓ Condições de Trabalho e Emprego
- ✓ Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição
- ✓ Saúde e Segurança da Comunidade
- ✓ Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário
- ✓ Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos
- ✓ Povos Indígenas
- ✓ Patrimônio Cultural



GRANDES NÚMEROS

Concessões de Rodovias

2023
+
2024



em 2023

2 Leilões
1.077 km

R\$ 27,3 bi TOTAL
◦ **R\$ 19,1 bi CAPEX**
◦ **R\$ 8,2 bi OPEX**

694 km
Em duplicação

217 km
Em Faixa Adicional



em 2024

7 Leilões
3.221 km

R\$ 81 bi TOTAL
◦ **R\$ 48 bi CAPEX**
◦ **R\$ 33 bi OPEX**

951 km
Em duplicação

789 km
Em Faixa Adicional



Total

9 Leilões
4.298 km

R\$ 108,3 bi TOTAL
◦ **R\$ 67,1 bi CAPEX**
◦ **R\$ 41,2 bi OPEX**

1.645 km
Em duplicação

1.006 km
Em Faixa Adicional

Portaria MT nº 995/2023 - Nova Política de Outorgas

GRANDES NÚMEROS

Concessões de Rodovias

em
2025



15 Leilões

8.449 km



R\$ 161 bi TOTAL

R\$ 94 bi CAPEX

R\$ 68 bi OPEX

12 Leilões

6.805 km

R\$ 71 bi CAPEX

R\$ 53 bi OPEX

1.366 km

Em duplicação

1775 km

Em Faixa Adicional

3 Processos competitivos:

Leilões de Otimização contratual

1.643 km

R\$ 23 bi CAPEX

R\$ 15 bi OPEX

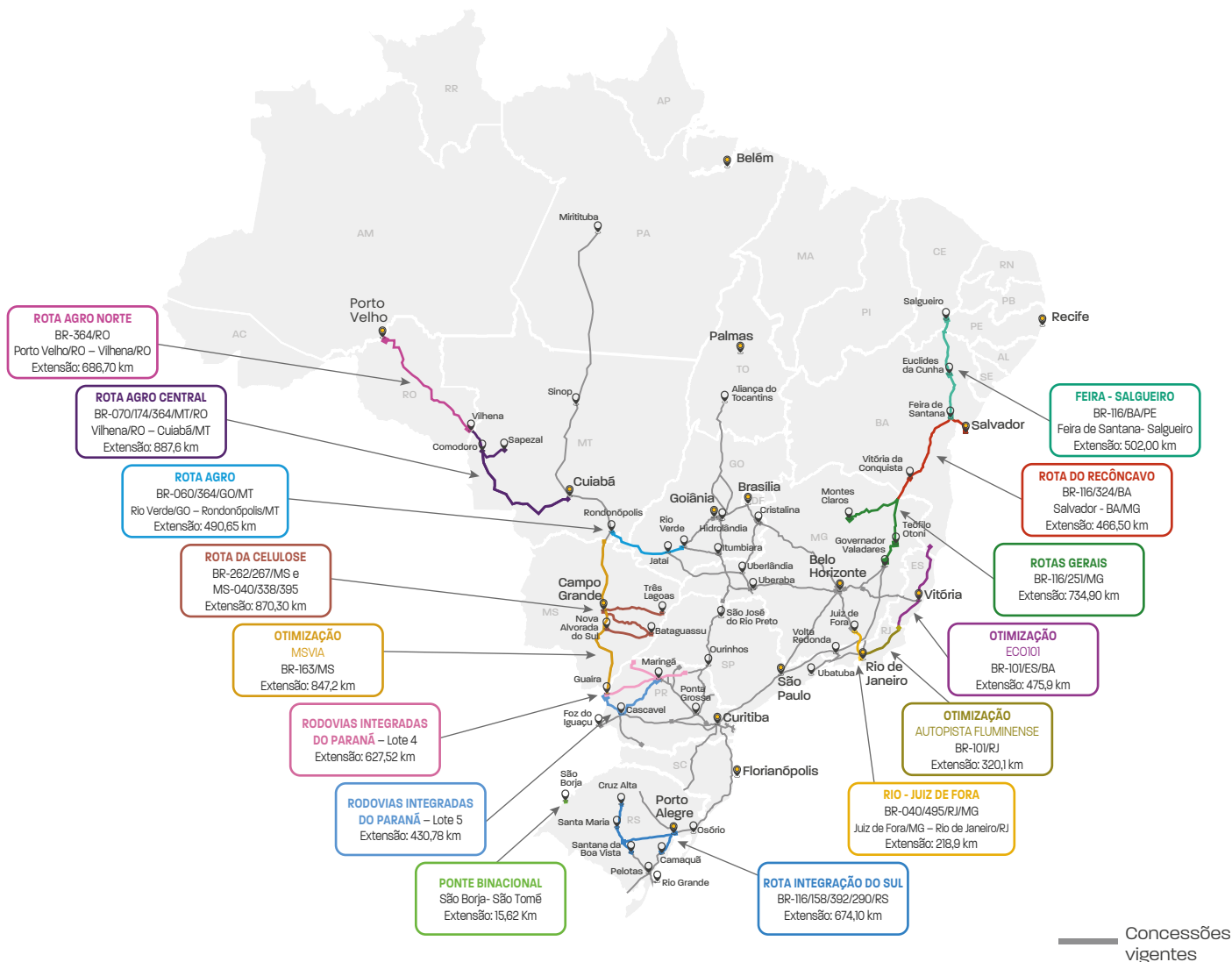
417 km

Em duplicação

1.080 km

Em Faixa Adicional

MAPA CARTEIRA 2025



BR-364/RO

ROTA AGRO NORTE

A concessão da BR-364/RO está inserida no Estado de Rondônia, de Porto Velho à Divisa do estado com o Mato Grosso. O trecho contempla os acessos aos principais portos e faz a ligação entre o oeste de Mato Grosso e os estados de Rondônia e Acre, sendo feito o transporte de Granéis Sólidos Agrícolas para escoamento por Porto Velho/RO pelo rio Madeira, além das demais cargas que chegam agora mais diretamente à região, sem passar pelo rio Amazonas e chegar a Porto Velho/RO de balsa.

STATUS: Edital Publicado



Trecho
Porto Velho/RO – Vilhena/RO

Capex
R\$ 6,35 bi
R\$ 2,90 bi (VPL)

WACC
11,17% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

TKM (PS)
0,1911

Edital
Novembro/24

Leilão
27/02/25

Extensão
686,70 km

Opex
R\$ 3,88 bi
R\$ 1,06 bi (VPL)

Estimativa de empregos
92.003
(direto, indireto, efeito-renda)

Cargas Gerais
Containerizáveis (CGC)
Granéis Sólidos Agrícolas (GSA)

Duplicação: **107,57 km**
Faixas Adicionais: **190,60 km**
Acesso: **34,45 km**
Marginais: **17,79 km**
Praças a implantar: **7**
Praças existentes: **0**
Pórticos a implantar: **0**

Obras relevantes: **58 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 24 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), 18 travessias em nível e 3 pontos de Parada de Descanso**

CAPEX/Km (milhões/km): **R\$ 9,20**
OPEX/Km (milhões/km): **R\$ 5,62**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **R\$ 0,0809**
Custos duplicação (milhões/km): **R\$ 5,20**
Fluxo de Caixa Acumulado: **R\$ 11,78 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 23,76 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 6,07 bilhões**
CAGR Tráfego: **Em revisão**

Data-base: jan/24



CAPEX/Receita (VPL): **48%**
VEQ/dia/praca: **11.221**

Ciclo de Obras: **30 ano ao 80 ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **R\$ 457 milhões**

Garantia da Proposta: **R\$ 55 milhões**
Garantia de Execução do Contrato: **R\$ 304 milhões**

2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano
254,57	542,75	687,78	893,85	761,41	340,64	257,26

CAPEX em Milhões

PONTE SÃO BORJA/BRA A SANTO TOMÉ/ARG E CUF

Prestação de serviços públicos para a exploração, operação, gestão e investimentos para conservação e ampliação da Ponte Rodoviária sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé (Ponte Internacional), de seus acessos rodoviários em ambos os lados e do Centro.

STATUS: Edital em Ajustes



Trecho Fronteiriço
São Borja/BRA a Santo Tomé/ARG

Capex
US\$ 31.5 Mi
US\$ 19 million (NPV)

Edital
31/01/25

Leilão
04/04/25

Extensão
15,62 Km

Opex
US\$ 67,5 Mi
US\$ 27 million (NPV)

23% do comércio entre Brasil e Argentina

Restauração, melhoria e ampliação:
-Ponte e acessos -CUF

LEILÃO
Critério: **Maior valor de Outorga**
Valor mínimo de Outorga: **US\$ 40,8 mi**
-50% para o Brasil em parcela única
-50% para a Argentina em 25 parcelas

CAPEX/Km (milhões/km): **US\$ 2,02**
OPEX/Km (milhões/km): **US\$ 4,32**
Fluxo de Caixa Acumulado: **US\$ 122 milhões**
Receita Bruta: **US\$ 338 milhões**
Receita Bruta (VPL): **US\$ 126 milhões**
CAGR Tráfego: **2,75% a.a**

Data-base: abr/23

	CAPEX/Receita (VPL): 15%		Demanda/dia: 840		Garantia da Proposta: Em Revisão		
	Tarifa de Pedágio: A partir de US\$ 13,63		Ciclo de Obras: 10 ano ao 50 ano		Garantia de Execução do Contrato: US\$ 203 mil		
	Capital Social Mínimo Obrigatório: Em Revisão						
	10 Ano	20 Ano	30 Ano	40 Ano	50 Ano		
	2,56	4,57	4,34	5,17	3,66		

CAPEX em Milhões

BR-040/495/RJ/MG

RIO - JUIZ DE FORA

Trecho rodoviário atualmente concedido, faz a ligação entre o Rio de Janeiro e o Estado de Minas Gerais, além de conectar importantes cidades turísticas cariocas, como Petrópolis e Teresópolis.

A rodovia dá acesso ao Porto do Rio de Janeiro, que movimentou aproximadamente 10 milhões de toneladas de janeiro a novembro de 2023, sendo 6,8 milhões de toneladas em cargas containerizadas.

STATUS: Edital Publicado



Trecho
Juiz de Fora/MG – Rio de Janeiro/RJ

Capex
R\$ 5,02 bi
R\$ 2,41 bi (VPL)

WACC
11,17% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

TKM (PS)
0,3351

Edital
20/01/25

Leilão
30/04/25

Extensão
218,9 km

Opex
R\$ 3,82 bi
R\$ 1,05 bi (VPL)

Estimativa de empregos
72.771
(direto, indireto, efeito-renda)

Cargas Gerais
Containerizáveis (CGC)
Outros Granéis Sólidos
Minerais (OGSM)

Data-base: jan/23

CAPEX/Receita (VPL): **49%**
VEQ/dia/praça: **20.655**



Duplicação: **13,13 km**
Faixas Adicionais: **86,61 km**
Contorno: **Não há**
Marginais: **14,67 km**
Praças a implantar: **1**
Praças existentes: **2**
Pórticos a implantar: **0**

CAPEX/Km (milhões/km): **22,94**
OPEX/Km (milhões/km): **17,46**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **R\$ 0,1894**
Custos duplicação (milhões/km): **R\$ 4,78**
Fluxo de Caixa Acumulado: **R\$ 5,70 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 20,14 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 4,91 bilhões**
CAGR Tráfego: **1,62% a.a.**

Obras relevantes: **38 dispositivos e interseções (novas passarelas), 12 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), 3 túneis e 1 ponto de Parada de Descanso**

Ciclo de Obras: **30 ano ao 70 ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **R\$ 268,20 milhões**

Garantia da Proposta: **R\$ 49 milhões**
Garantia de Execução do Contrato: **R\$ 246 milhões**

30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano
393,91	761,12	1020,06	667,89	185,98

CAPEX em Milhões

BR-262/267/MS E MS-040/338/395

ROTA DA CELULOSE

Projeto em parceria com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Rota da Celulose é formada por importantes rodovias para o transporte da produção industrial e a cadeia produtiva de celulose no leste do estado, bem como para o escoamento da produção agroindustrial do Centro-Oeste. Este sistema integrará a Rota Bioceânica, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico, e abrirá novas oportunidades de exportação e importação, conectando o Brasil aos mercados da Ásia e América do Norte.

STATUS: Edital em Ajustes



Trecho
**BR-262/267/MS
e MS-040/338/395**

Capex
R\$ 5,91 bi
R\$ 2,62 bi (VPL)

WACC
10,37% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

TKM (PS)
0,1613

Edital
Janeiro/25

Leilão
Maió/25

Extensão
870,30 km

Opex
R\$ 3,68 bi
R\$ 1,09 bi (VPL)

Estimativa de empregos
85.628
(direto, indireto, efeito-renda)

Cargas Gerais
Containerizáveis
(CGC)

Duplicação: **146,63 km**
Faixas Adicionais: **245,39 km**
Contorno: **35,41**
Marginais: **11,63 km**
Praças a implantar: **0**
Praças existentes: **0**
Pórticos a implantar: **12**

Obras relevantes: **90 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 16 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 3 pontos de Parada de Descanso**

CAPEX/Km (milhões/km): **R\$ 6,79**
OPEX/Km (milhões/km): **R\$ 4,23**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **R\$ 0,1033**
Custos duplicação (milhões/km): **R\$ 3,67**
Fluxo de Caixa Acumulado: **R\$ 5,62 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 19,85 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 4,94 bilhões**
CAGR Tráfego: **Em Revisão**

Data-base: out/23

CAPEX/Receita (VPL): **53%**
VEQ/dia/praca: **10.717**

Ciclo de Obras: **20 ano ao 80 ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **Em Revisão**

Garantia da Proposta: **Em Revisão**
Garantia de Execução do Contrato: **Em Revisão**

20 Ano	30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano
427,61	419,14	527,20	426,94	229,89	167,48	97,31

Capex em R\$ BI

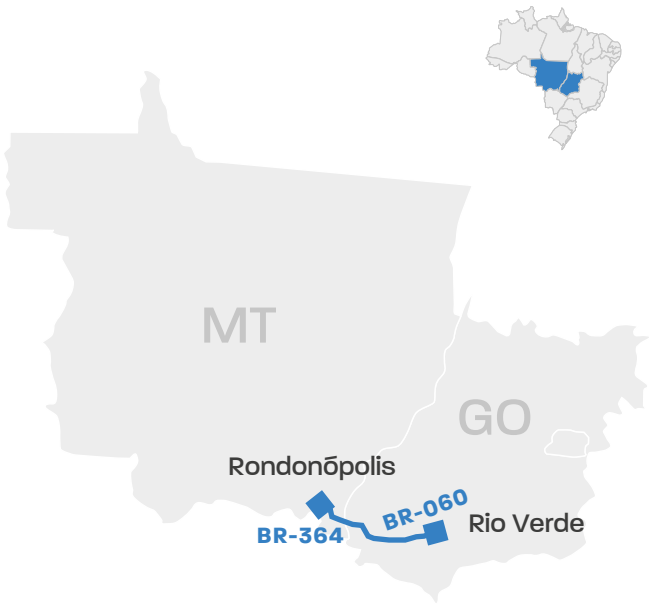
BR-060/364/GO/MT

ROTA AGRO

O projeto está inserido nos estados de Mato Grosso e Goiás, contemplando a cidade de Rondonópolis/MT, localizada na região Sudeste do estado, a 210 km da capital Cuiabá, com 245 mil habitantes e o segundo maior PIB do estado.

Rondonópolis se localiza no entroncamento das Rodovias BR-163 e BR-364, vias que transportam a produção agrícola e industrial para os grandes centros metropolitanos e portos do Brasil. Nos últimos anos diversas indústrias se instalaram no município.

STATUS: TCU



Trecho
Rio Verde/GO – Rondonópolis/MT

Capex
R\$ 4,28 bi
R\$ 2,20 bi (VPL)

WACC
9,00% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

TKM (PS)
0,1372

Edital
Maió/25

Leilão
Agosto/25

Extensão
490,65 km

Opex
R\$ 2,61 bi
R\$ 869 milhões (VPL)

Estimativa de empregos
62.012
(direto, indireto, efeito-renda)

Granéis Sólidos Agrícolas
(GSA)

Data-base: jan/23

CAPEX/Receita (VPL): **53%**
VEQ/dia/praça: **13.210**

Duplicação: **45,62 km**
Faixas Adicionais: **179,69 km**
Contorno: **7,85**
Marginais: **13,56 km**
Praças a implantar: **5**
Praças existentes: **0**
Pórticos a implantar: **0**

Obras relevantes: **32 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 4 passarelas de pedestres (novas e remodeladas), 11 travessias em nível e 2 pontos de Parada de Descanso**

CAPEX/Km (milhões/km): **R\$ 8,74**
OPEX/Km (milhões/km): **R\$ 5,33**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **R\$ 0,0787**
Custos duplicação (milhões/km): **R\$ 5,86**
Fluxo de Caixa Acumulado: **R\$ 6,43 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 14,39 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 4,15 bilhões**
CAGR Tráfego: **Em revisão**

Ciclo de Obras: **30 ano ao 70 ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **R\$ 412 milhões**
Garantia da Proposta: **R\$ 42 milhões**
Garantia de Execução do Contrato: **R\$ 207 milhões**

30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano
682,25	320,53	536,90	439,63	221,43

CAPEX em Milhões

LOTE 4

RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANÁ

O Lote 4 é formado por importantes rodovias, transversais e diagonais, que interligam o estado do Paraná a São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraguai. O trecho da BR-369 é um importante corredor de escoamento de produtos da agricultura, pecuária e indústria entre o Estado do Paraná e São Paulo. Já o trecho da BR-376 é conhecido como rodovia do café.

STATUS: TCU



Trecho
BR-272/369/376/PR e PR-182/272/317/323/444/862/897/986

Capex
R\$ 10,91 bi
R\$ 4,98 bi (VPL)

WACC
11,17% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

TKM (PS)
0,1638

Edital
Maió/25

Leilão
Setembro/25

Extensão
627,52 km

Opex
R\$ 7,33 bi
R\$ 2,00 bi (VPL)

Estimativa de empregos
158.072
(direto, indireto, efeito-renda)

Cargas Gerais
Containerizáveis (CGC)
Granéis Sólidos
Agricultoras (GSA)

Duplicação: **239,63 km**
Faixas Adicionai: **87,11 km**
Contorno: **59,13**
Marginais: **39,49**
Praças a implantar: **5**
Praças existentes: **4**
Pórticos a implantar: **0**

Obras relevantes: **129 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 39 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 2 pontos de Parada de Descanso**

CAPEX/Km (milhões/km): **17,39**
OPEX/Km (milhões/km): **11,68**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **0,1811**
Custos duplicação (milhões/km): **5,41**
Fluxo de Caixa Acumulado: **R\$ 13,33 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 44,17 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 9,92 bilhões**
CAGR Tráfego: **2,57% a.a**

Data-base: jan/24

CAPEX/Receita (VPL): **50%**
VEQ/dia/pça: **21.449**

Ciclo de Obras: **30 ano ao 80 ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **R\$ 543 milhões**
Garantia da Proposta: **R\$ 99 milhões**
Garantia de Execução do Contrato: **R\$ 496 milhões**

30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano
974,71	807,54	1174,37	1161,82	1086,80	831,32

CAPEX em Milhões

LOTE 5

RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANÁ

O Lote 5 é formado por importantes rodovias, que passam por grandes áreas de produção de produtos da agricultura, da pecuária e da indústria do Estado do Paraná. Faz ligação com importantes estados, o Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Paraguai.

STATUS: TCU



Trecho
**BR-158/163/369/
467/PR e PR-317**

Capex
R\$ 6,51 bi
R\$ 2,77 bi (VPL)

WACC
11,17% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

TKM (PS)
0,1675

Edital
Maió/25

Leilão
Setembro/25

Extensão
430,78 km

Opex
R\$ 5,12 bi
R\$ 1,43 bi (VPL)

Estimativa de empregos
94.321
(direto, indireto, efeito-renda)

**Cargas Gerais
Containerizáveis (CGC)
Granéis Sólidos
Agrícolas (GSA)**

Duplicação: **238,57 km**
Faixas Adicionais: **Não há**
Contorno: **3,17**
Marginais: **19,99**
Praças a implantar: **2**
Praças existentes: **3**
Pórticos a implantar: **0**

Obras relevantes: **69 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 5 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 1 ponto de Parada de Descans**

CAPEX/Km (milhões/km): **R\$ 15,11**
OPEX/Km (milhões/km): **R\$ 11,88**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **R\$ 0,2004**
Custos duplicação (milhões/km): **R\$ 5,02**
Fluxo de Caixa Acumulado: **R\$ 6,98 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 25,46 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 5,85 bilhões**
CAGR Tráfego: **1,94% a.a**

Data-base: jan/24

CAPEX/Receita (VPL): **47%**
VEQ/dia/pça: **20.315**

Ciclo de Obras: **30 ano ao 70 ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **R\$ 284 milhões**

Garantia da Proposta: **R\$ 59 milhões**
Garantia de Execução do Contrato:
R\$ 293 milhões

30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano
610,00	606,91	619,11	621,36	467,45

CAPEX em Milhões

BR-116/PE/BA

FEIRA - SALGUEIRO

O trecho da BR-116/BA/PE liga o anel rodoviário de Feira de Santana, na Bahia, a Salgueiro, em Pernambuco. Este segmento, que atravessa 16 municípios, é fundamental para a integração regional e o fortalecimento da logística na região Nordeste.

STATUS: Audiência Pública






Trecho
Feira de Santana/BA – Salgueiro/PE



Extensão
502,00 km



Duplicação: **1,68 km**
Faixas Adicionais: **5,16**
Contorno: **Não há**
Marginais: **29,12**
Praças a implantar: **5**
Praças existentes: **0**
Pórticos a implantar: **0**



Capex
R\$ 3,05 bi
R\$ 1,54 bi (VPL)



Opex
R\$ 4,58 bi
R\$ 1,51 bi (VPL)



Obras relevantes: **35 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 14 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 1 ponto de Parada de Descanso**



WACC
9,75% a.a.
Atualizado quando publicado o edital



Estimativa de empregos
44.190
(direto, indireto, efeito-renda)



CAPEX/Km (milhões/km): **R\$ 6,08**
OPEX/Km (milhões/km): **R\$ 9,12**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **R\$ 0,06**
Custos duplicação (milhões/km): **R\$ 6,41**
Fluxo de Caixa Acumulado: **R\$ 3,65 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 15,03 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 4,02 bilhões**
CAGR Tráfego: **2,17% a.a.**




TKM (PS)
0,089



Em revisão



Edital
Junho/25



Leilão
Outubro/25

Data-base: abr/23



CAPEX/Receita (VPL): **38%**
VEQ/dia/praca: **18.948**

Ciclo de Obras: **30 ano ao 100 ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **R\$ 252 milhões**

Garantia da Proposta: **R\$ 40 milhões**
Garantia de Execução do Contrato: **R\$ 201 milhões**

30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano	90 Ano	100 Ano
422,55	358,44	286,49	268,48	320,38	43,56	16,67	19,68

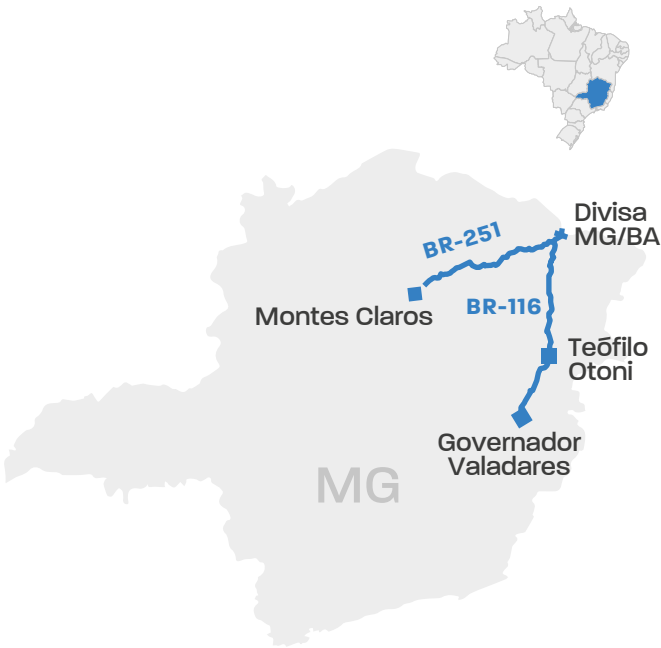
CAPEX em Milhões

BR-116/251/MG

ROTAS GERAIS

O trecho localizado em Minas Gerais, abrange trechos das rodovias BR-116 e BR-251, conectando 24 municípios, sendo sete pela BR-251 e 17 pela BR-116. Cachoeira de Pajeú é um ponto em comum entre as duas rodovias, que desempenham papel estratégico na mobilidade e integração logística do estado.

STATUS: Audiência Pública



Trecho
Montes Claros/MG – Gov. Valadares/MG

Capex
R\$ 7,18 bi
R\$ 3,31 bi (VPL)

WACC
12,60% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

TKM (PS)
0,1786

Edital
Agosto/25

Leilão
Novembro/25

Extensão
734,90 km

Opex
R\$ 5,01 bi
R\$ 1,25 bi (VPL)

Estimativa de empregos
104.029
(direto, indireto, efeito-renda)

Em revisão

Duplicação: **178,47 km**
Faixa Adicional: **255,29**
Contorno: **16,87**
Marginais: **13,01**
Praças a implantar: **9**
Praças existentes: **0**
Pórticos a implantar: **0**

Obras relevantes: **97 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 36 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 2 pontos de Parada de Descanso**

CAPEX/Km (milhões/km): **R\$ 9,77**
OPEX/Km (milhões/km): **R\$ 6,81**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **R\$ 0,07**
Custos duplicação (milhões/km): **R\$ 9,57**
Fluxo de Caixa Acumulado: **R\$ 11,63 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 33,91 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 6,53 bilhões**
CAGR Tráfego: **1,73% a.a.**

CAPEX/Receita (VPL): **51%**
VEQ/dia/prça: **15.352**

Ciclo de Obras: **30 ano ao 80 ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **R\$ 406 milhões**

Garantia da Proposta: **R\$ 65 milhões**
Garantia de Execução do Contrato: **R\$ 327 milhões**

	30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano
CAPEX em Milhões	879,91	1091,89	845,16	957,10	829,23	147,61

BR-070/174/364/ MT/RO

ROTA AGRO CENTRAL

Corredor para exportação de grãos pelo Arco Norte, as rodovias BR-070/174/364 conectam as áreas de produção, no Estado do Mato Grosso, e os portos exportadores, a partir da capital Porto Velho. De acordo com dados do MDIC, a exportação de soja, milho e algodão, pelos portos do Arco Norte, saltou de 16% (2012) para 36% (2022). Os volumes envolvidos, passaram de 10 milhões de toneladas em 2012 para mais de 50 milhões de toneladas em 2022.

STATUS: Audiência Pública



Trecho
**Vilhena/RO –
Cuiabá/MT**

Capex
R\$ 3,81 bi
R\$ 1,95 bi (VPL)

WACC
8,47% a.a.
Atualizado quando
publicado o edital

TKM (PS)
0,1242

Edital
Agosto/25

Leilão
Dezembro/25

Extensão
887,6 km

Opex
R\$ 3,95 bi
R\$ 1,36 bi (VPL)

Estimativa de empregos
55.202
(direto, indireto, efeito-renda)

**Granéis Sólidos
Agrícolas**
(GSA)

Duplicação: **39,05 km**
Faixas Adicionais: **280,66 km**
Contorno: **Não há**
Marginais: **12,37**
Praças a implantar: **7**
Praças existentes: **0**
Pórticos a implantar: **0**

Obras relevantes: **59
dispositivos e interseções
(novos), 4 passarelas de
pedestres (novas),
13 travessias em nível e
4 pontos de Parada de
Descanso**

CAPEX/Km (milhões/km): **R\$ 4,29**
OPEX/Km (milhões/km): **R\$ 4,45**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **R\$ 0,0421**
Custos duplicação (milhões/km): **R\$ 3,13**
Fluxo de Caixa Acumulado: **R\$ 3,09 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 14,14 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 4,36 bilhões**
CAGR Tráfego: **Em revisão**

Data-base: out/20

CAPEX/Receita (VPL): **45%**
VEQ/dia/praga: **9.732**

Ciclo de Obras: **2º ano ao 8º ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **R\$ 448 milhões**

Garantia da Proposta: **R\$ 44 milhões**
Garantia de Execução do Contrato:
R\$ 218 milhões

2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano
190,49	292,58	406,24	321,33	181,78	171,91	180,90

CAPEX em Milhões

BR-116/158/392/ 290/RS

ROTA INTEGRAÇÃO DO SUL

O trecho em estudo conecta Porto Alegre (Leste) a Uruguaiana (Oeste) e Panambi (Norte) à malha viária regional. Essas rodovias interligam importantes municípios do estado, formando uma rede essencial para a economia local e o escoamento da produção.

STATUS: Audiência Pública



Trecho
Camaqua - Porto Alegre - Cruz Alta - Sta. Maria - Santana da Boa Vista

Capex
R\$ 4,41 bi
R\$ 2,67 bi (VPL)

WACC
8,47% a.a.
Atualizado quando publicado o edital

TKM (PS)
0,1154

Edital
Setembro/25

Leilão
Dezembro/25

Extensão
674,10 km

Opex
R\$ 4,74 bi
R\$ 1,64 bi (VPL)

Estimativa de empregos
63.895
(direto, indireto, efeito-renda)

Em revisão

Duplicação: **Em revisão**
Faixas Adicionais: **250,57**
Contorno: **Não há**
Marginais: **62,65**
Praças a implantar: **12**
Praças existentes: **1**
Pórticos a implantar: **0**

Obras relevantes: **96 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 13 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 2 pontos de Parada de Descanso**

CAPEX/Km (milhões/km): **R\$ 6,53**
OPEX/Km (milhões/km): **R\$ 7,03**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **R\$ 0,04**
Custos duplicação (milhões/km): **Em revisão**
Fluxo de Caixa Acumulado: **4,99 bilhões**
Receita Bruta: **R\$ 18,99 bilhões**
Receita Bruta (VPL): **R\$ 5,78 bilhões**
CAGR Tráfego: **Em revisão**

Data-base: out/20

CAPEX/Receita (VPL): **46%**
VEQ/dia/praga: **16.927**

Ciclo de Obras: **30 ano ao 80 ano**
Capital Social Mínimo
Obrigatório: **R\$ 689 milhões**

Garantia da Proposta: **R\$ 58 milhões**
Garantia de Execução do Contrato: **R\$ 289 milhões**

	30 Ano	40 Ano	50 Ano	60 Ano	70 Ano	80 Ano
CAPEX em Milhões	583,55	617,40	553,99	329,66	185,64	144,22

BR-116/324/BA

RODOVIAS DO RECÔNCAVO

O trecho da rodovia conecta Salvador, capital da Bahia, a Feira de Santana e segue até a divisa entre Bahia e Minas Gerais. É essencial para a logística nacional, integrando o Nordeste ao Sudeste, e desempenha um papel estratégico no transporte de cargas e passageiros, além de impulsionar o desenvolvimento econômico regional.

STATUS: **Estudo**



Trecho
BR-101/116/324/BA

Extensão
466,50 km

Capex
R\$ 13,60 bi

Opex
R\$ 7,33 bi

WACC
Em elaboração
Atualizado quando publicado o edital

Estimativa de empregos
Em elaboração
(direto, indireto, efeito-renda)

TKM PS / PD
Em elaboração

Em elaboração

Edital
Setembro/25

Leilão
Dezembro/25

Data-base:
Em elaboração

CAPEX/Receita (VPL): **Em elaboração**
VEQ/dia/prça: **Em elaboração**

CAPEX/Receita (VPL): Em elaboração	Ciclo de Obras: Em elaboração	Garantia da Proposta: Em elaboração				
	Capital Social Mínimo	Garantia de Execução do Contrato:				
VEQ/dia/prça: Em elaboração	Obrigatório: Em elaboração	Em elaboração				
1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano

CAPEX em Milhões

Duplicação: **Em elaboração**
Faixa Adicional: **Em elaboração**
Contorno: **Em elaboração**
Marginais: **Em elaboração**
Praças a implantar: **Em elaboração**

Praças existentes: **Em elaboração**
Pórticos a implantar: **Em elaboração**
Obras relevantes: **Em elaboração**

CAPEX/Km (milhões/km): **Em elaboração**
OPEX/Km (milhões/km): **Em elaboração**
Custos Manutenção (milhões/ano/faixa): **Em elaboração**
Custos duplicação (milhões/km): **Em elaboração**
Fluxo de Caixa Acumulado: **Em elaboração**
Receita Bruta: **Em elaboração**
Receita Bruta (VPL): **Em elaboração**
CAGR Tráfego: **Em elaboração**

CRONOGRAMA 2025

PROJETOS		Estrut.	2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
				25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
01	BR-364/RO Porto Velho/RO - Vilhena/RO Rota Agro Norte	BNDES	Edital 01/11		Leilão 27/02										
02	Ponte Binacional São Borja - São Tomé	INFRA		Edital 31/01			Leilão 04/04								
03	BR-040/495/RJ/MG Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ	INFRA	TCU 05/06	Edital 20/01			Leilão 30/04								
04	BR-262/267/MS e MS - 040/338/395 Rota da Celulose	CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO		Edital				Leilão							
05	BR-163/MS Otimização MSVIA	OTIMIZAÇÃO	CP 18/12		Edital			Leilão							
06	BR-101/RJ Otimização Autopista Fluminense	OTIMIZAÇÃO	CP 17/12		Edital				Leilão						
07	BR-101/ES/BA Otimização ECO101	OTIMIZAÇÃO	CP 11/12	Edital					Leilão						
08	BR-060/364/GO/MT Rio Verde/GO - Rondonópolis/MT Rota Agro	BNDES	TCU 08/07					Edital			Leilão				
09	Rodovias Integradas do Paranã - Lote 4	INFRA	TCU 14/11					Edital				Leilão			
10	Rodovias Integradas do Paranã - Lote 5	INFRA	TCU 14/11					Edital				Leilão			
11	BR-116/BA/PE Feira de Santana - Salgueiro	BNDES	AP 21/11		TCU				Edital				Leilão		
12	BR-116/251/MG Montes Claros - Governador Valadares Rotas Gerais	BNDES	AP 19/12			TCU					Edital			Leilão	
13	BR-070/174/364/MT/RO Vilhena/RO - Cuiabá/MT Rota Agro Central	BNDES				TCU					Edital				Leilão
14	BR-116/158/392/290/RS Camaqua - Porto Alegre - Cruz Alta - Sta. Maria - Santana da Boa Vista Rota Integração do Sul	BNDES					TCU					Edital			Leilão
15	BR-116/324/BA Salvador-Feira de Santana - Divisa BA/MG Rota do Recôncavo	INFRA			AP			TCU				Edital			Leilão

CP: Consulta Pública AP: Audiência Pública TCU: Envio ao Tribunal de Contas da União
Edital: Publicação do edital de licitação Leilão: Realização da sessão pública de leilão